

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA de 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLÉIA GERAL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
05 DE JULHO DE 2010

Aos cinco (05) dias do mês de julho do ano de dois mil e dez, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, com sede à Av. Ramiro Colleoni, nº 05, Vila Dora, Santo André, às 10h00, realizou-se a Sexta Reunião Ordinária da Assembléia Geral, presidida pelo Presidente em exercício, o Vice-Presidente do Consórcio, Excelentíssimo Prefeito Arq. Mário Wilson Pedreira Reali, em razão de férias do Presidente do Consórcio, Prefeito Prof. Clóvis Volpi. A substituição se dá por força da Portaria nº 30, de 17/06/2010. Presentes, também, o Excelentíssimo Prefeito do Município de Santo André, Dr. Aidan Antônio Ravin, o Excelentíssimo Prefeito do Município de Mauá, Prof. Oswaldo Dias, o Excelentíssimo Prefeito do Município de Rio Grande da Serra, Dr. Adler Alfredo Jardim Teixeira, o Excelentíssimo Prefeito de São Bernardo do Campo, Prefeito Luiz Marinho, e o Excelentíssimo Prefeito em exercício de Ribeirão Pires, Sr. Ednaldo de Menezes (Dedê). Ausente o Excelentíssimo Prefeito do Município de São Caetano do Sul, Dr. José Auricchio Júnior. Presente, sem portaria, somente como espectador, o Vice-Prefeito de São Caetano do Sul, Dr. Walter Figueira Junior. Presentes os assessores regionais de Santo André e de Rio Grande da Serra. Presente, também, a Secretária Executiva do Consórcio, Dra. Eliana Bernardo da Silva e os Diretores do Consórcio, Antonio Da Cól Jr. (Diretoria Administrativa e Financeira) e Antonio Cláudio Deberaldine (Diretoria de Projetos e Programas). INÍCIO. – O Presidente em exercício Mário Reali, iniciou os trabalhos dando bom dia e agradecendo a presença de todos. Seguindo a pauta, colocou em votação a ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 14/06/10, a qual foi aprovada por unanimidade. 1) PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL, DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Na seqüência, apresentou a todos a auditora da Receita Federal, Sra. Paola Squadroni, representante do Programa Nacional de Educação Fiscal da Receita Federal, que explicaria a todos sobre o teor do referido programa. A Com a palavra, a Sra. Paola apresentou a Sra. Marlene, igualmente auditora da Receita Federal. Iniciou apresentação em data show, sobre o programa que explicou conforme breve relato que segue: BREVE RELATO: A Receita Federal do Brasil solicita parceria com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, no sentido de implementar na região o PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL – PNEF. A função do PNEF é informar o cidadão no tocante a seus direitos e deveres no tocante ao valor fiscal do tributo e ao controle social do Estado. A construção do plano de implantação do projeto envolveria as Secretarias Municipais de Educação, Finanças, Assistência Social. Proposta da Receita Federal para implantação do PNEF nos Municípios: 1) Desenvolver projeto para incentivar a destinação do Imposto de Renda pessoa jurídica/física para os Fundos Municipais dos

direitos da Criança e do Adolescente e para os Fundos do Direito do Idoso. 2) Oferecer curso à distância de "Disseminadores da Educação Fiscal (DEF) para os Secretários de Educação e seus assistentes, os Presidentes dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Secretários de Finanças, Diretores de Escolas Municipais (Ensino Fundamental e Médio), e coordenadores de cursos universitários. 3) Promover palestras de esclarecimento e conscientização sobre EDUCAÇÃO FISCAL, sobre o PNEF, sobre projetos que estão sendo desenvolvidos, para grupos específicos, tais como: agentes públicos do Município (secretários, assistentes), Ministério Público (especialmente os promotores de justiça da Vara da Infância e Juventude), diretores de escolas, universitários, associações de classe etc. 4) Apurar ações que podem ser adaptadas e que já constam de projetos municipais implantados, promovendo uma adequação e inserção do tema EDUCAÇÃO FISCAL. 5) Elaborar um planejamento, constituído de metas, indicadores, cronograma e definição de responsabilidades. O PNEF é concedido em 5 Módulos apostilados, para que os cidadãos tenham acesso: Módulo I – crianças de ensino fundamental; Módulo II – adolescentes do ensino médio; Módulo III – servidores públicos; Módulo IV – universitários; e, Módulo V – sociedade em geral. Para finalizar, a auditora distribuiu material impresso aos Prefeitos e explicou que o Município de Ribeirão Pires já aprovou e colocou em prática o programa, com as secretarias de Educação, Jurídico, Finanças e Promoção Social. Alega ser necessário que os diretores de escola e professores, pela própria formação pedagógica, divulguem o programa em seus municípios. Encerrada a explanação as auditoras agradeceram e se retiraram para que os prefeitos discutissem a questão. Dra. Eliana, Secretária Executiva do Consórcio, informa aos Prefeitos que foi autuado o Processo Administrativo nº 26/10, onde já foram juntados vários documentos trazidos pela Receita Federal. Após discussão, os prefeitos deliberaram no sentido de que a Secretária Executiva do Consórcio agende reunião no auditório do Consórcio, com a presença dos secretários municipais de educação, jurídico, promoção social e finanças, para que estes decidam se cada município fará o programa separadamente, ou se o Consórcio fará convênio com a Receita Federal, para atuar como elo entre os municípios. A Sra. Paola, da Receita Federal, deverá comparecer à reunião, para explicar o programa aos secretários. 2) SALÁRIOS DOS MÉDICOS NAS PREFEITURAS. Com a palavra o Prefeito Mário Reali, este colocou aos prefeitos sobre as dificuldades que enfrenta em seu município, acerca da contratação de médicos. Alegou faltarem médicos com formação mais ampla, além de problemas com demandas freqüentes por melhores salários. Afirmou ser necessário que os municípios trabalhem com faixas e datas para os aumentos salariais, pois os municípios, em geral, perdem com muita freqüência, seus médicos para outras OS dentro de São Paulo. Sabe que em Mato Grosso, cada médico ganha R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o Programa SAÚDE NA FAMÍLIA, em razão da escassez de médicos. Entende ser necessário que os Prefeitos construam, todos, projeto na região, e depois levem para São Paulo. Informa que em Diadema um médico de saúde na família ganha em média R\$ 9.045,00 (nove mil e quarenta e cinco reais). Já em São Bernardo do Campo, o

mesmo médico ganha R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mês. Há diferenças dentro da própria região do ABC. Entende que cada município possui uma realidade diferente de outro, mas coloca ser necessário que os municípios estabeleçam critérios para a região. Os Secretários de Saúde têm esta dimensão. É preciso de empenho dos prefeitos. Comenta que hoje, o problema é que o médico barganha salário. É quase uma guerra fiscal de salários. Então, ou o município repõe o salário do médico conforme o do município vizinho, ou ele vai à procura de maior salário. E, às vezes, mesmo que o Prefeito reponha o salário, acaba que o município vizinho também repõe, e o salário fica novamente defasado na visão do médico. A idéia que coloca aos demais prefeitos é a de estipular critério único. Os Secretários de saúde estão estudando uma proposta de gestão, no GT Saúde. Percebe que se o médico tem que marcar o cartão e tem salário menor que outro município, ele vai embora. Ao contrário, se o município isenta do cartão, ele demora muito nas consulta e reduz o número de atendimentos. O Prefeito Aidan concorda com o Prefeito Mário. Entende que deve haver parceria entre os Municípios, e que cabe ao Consórcio, pelo Grupo de Trabalho Saúde, abrir esta discussão. O Prefeito Mário coloca que a idéia não é criar uma negociação sindical, mas criar parâmetros para uniformizar. O Vice-Prefeito de São Caetano do Sul coloca ser necessário verificar se o CRM tem o poder de estabelecer salários, senão após os municípios adotarem medidas internas, o CRM se imporá contra o teto dos municípios. O Prefeito Aidan entende que o problema é que o CRM não tem forma para exigir isso dos médicos. Entende que o problema dos sete municípios é maior que a posição do CRM, e que a decisão dever partir daqui. O Prefeito Mário informa que na região não enfrentamos problemas com o CRM. O Prefeito Aidan informa que a Prefeitura de Santo André enfrenta problemas com os médicos em razão de salários de outros municípios serem maiores, mas não enfrenta problemas com o CRM. O Prefeito em exercício de Ribeirão Pires, Dedé, informa que em seu município o concurso público é aberto e não aparece ninguém para se inscrever, em razão dos baixos salários. O Prefeito Ainda também coloca que há diferença entre o salário pago ao médico pelo Município e o pago pelo programa Saúde da Família. O Prefeito Mário informa que hoje 54% dos médicos trabalham no SUS, mas que apenas 18% tem um único emprego. Pede aos demais Prefeitos que em razão deste tema estar sendo tratado pelos Secretários de Saúde, no GT Saúde do Consórcio, que cada Prefeito fale com seu secretário para focarem esta questão nas discussões do grupo.

3) PARCERIA COM O SEBRAE NACIONAL. O Prefeito Mário passou a palavra ao Prefeito Kiko, para que este explanasse sobre referida parceria com o SEBRAE NACIONAL. Com a palavra, o Prefeito Kiko informou que num primeiro momento, em meados de maio, o Presidente Nacional do SEBRAE, Dr. Paulo Makoto, procurou pelo Presidente do Consórcio, Prefeito Clóvis Volpi, para solicitar parceria entre o Consórcio e SEBRAE Nacional, onde cada Município desembolsaria determinado valor, que seria repassado à Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, para que esta executasse os seguintes projetos: 1) NEGÓCIO A NEGÓCIO; e, 2) ABC DA INOVAÇÃO. Distribuiu aos Prefeitos, tabela com os valores a serem desembolsados em cada um dos projetos, e em

ambos. Informou aos Prefeitos que os representantes do SEBRAE estavam na sala ao lado, com os Secretários Municipais de Desenvolvimento Econômico, fazendo explicação dos projetos. Sugere que os Prefeitos conheçam os projetos. Informou, também, que em conversa com o Presidente do Consórcio, Prefeito Clóvis Volpi, este sugeriu que os Municípios fizessem o rateio de acordo com o percentual que cada município dá ao Consórcio. Solicitou aos Prefeitos que fossem chamados os representantes do SEBRAE, para participar da Assembléia Geral, onde poderiam explicar melhor, o que foi autorizado. Entraram na reunião, o Sr. Luiz Almeida, da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC, os Secretários Municipais de Desenvolvimento Econômico, e os representantes dos SEBRAE NACIONAL, Sr. Carlos Alberto dos Santos, Diretor Técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, e Sr. Edson Fermann, Gerente de Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Com a palavra o Sr. Carlos Alberto, este colocou aos Prefeitos que a parceria entre o SEBRAE e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC é antiga, razão pela qual o SEBRAE pretende que a agência passe a ser grande parceira do SEBRAE NACIONAL. Pretendia envolver o SEBRAE/SP nesta parceria, mas este está com problemas operacionais, então a parceria acontecerá com o SEBRAE NACIONAL. Com relação ao projeto ABC DA INOVAÇÃO, informa que cada Município focaria o negócio mais vantajoso em seu Município, e como exemplo citou o setor cosmético e metal mecânico em Diadema. Informa que este projeto auxiliará as empresas a acessarem recursos junto ao BNDES, cada qual dentro de seu setor. São em média 750 empresas, que geram empregos e pagam impostos. Já o projeto NEGÓCIO A NEGÓCIO seria voltado para micro empresas até 04 funcionários ou empreendimentos informais, em diversas áreas. Informa que o SEBRAE tem possibilidade de diminuir os valores das planilhas que estão em poder dos Prefeitos, e que o custo do empreendedor seria zero. Informa que o projeto ABC DA INOVAÇÃO tem custos mais compensadores para as empresas, e como envolve diversas cidades, dependerá da reação de cada município. O Prefeito Kiko coloca a todos que prefere o projeto NEGÓCIO A NEGÓCIO, mas que há necessidade de cada município colocar seu Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico para conhecer mais de perto cada projeto. Solicitou que o SEBRAE participe das próximas reuniões da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC. O Sr. Carlos Alberto, do SEBRAE, informou que poderá haver discussão sobre os custos para a empresa, em caso dos projetos de ABC DA INOVAÇÃO, e deve haver autorização da empresa para este fim. Informa, também, que às vezes, pode haver investimento em maquinários, então a discussão deve girar em torno disso. O Sr. Edson, do SEBRAE, coloca que o empresário quer saber o impacto do projeto antes de falar em contrapartida. Assim, a melhor propaganda é o resultado. Informa que a idéia do SEBRAE é levar o consultor na empresa, ao invés de trazê-lo à Agência de Desenvolvimento, pois ele estará mais à vontade em seu habitat. O Prefeito Mário abriu a discussão. O Prefeito Aidan gostou da idéia, e disse ser necessário o investimento. Os Municípios têm que investir. O Sr. Edson, do SEBRAE, sugere seja aberto cadastro para as empresas

interessadas em receber visita do consultor. A empresa que fizer o cadastro será atendida. O Prefeito Kiko sugere que os Secretários Municipais se reúnam novamente na sala ao lado, para tomarem todas as informações necessárias, levando-as aos seus respectivos Prefeitos, que depois decidirão. Os demais Prefeitos concordaram. Terminado este tópico da pauta, o Prefeito Mário solicitou à Secretária Executiva do Consórcio que fizesse os informes aos Prefeitos. INFORMES. Com a palavra, a Dra. Eliana informou que o Concurso Público do Consórcio foi homologado em 30/06/10, e igualmente publicado. Será iniciada a fase de chamamento dos cargos mais necessários, em razão do orçamento. Na seqüência, informou que o Planejamento Regional Estratégico de 2011/2020 terá início em 05/08/10, e contará com a presença da sociedade civil organizada que for indicada pelos Grupos de Trabalho. Distribuiu aos Prefeitos, cópia da Portaria nº 32, de 29/06/10, com os nomes dos membros dos Grupos de Trabalho vigentes. Em seguida, informou ter recebido solicitação de munícipe de Santo André, médico que exerce sua profissão no Município de São Caetano no Sul, solicitando o retorno do rodízio na região do Grande ABC. Informa que os assessores regionais sugeriram o encaminhamento do pleito ao GT Mobilidade, para que estes, após estudarem o assunto, tragam ao conhecimento da Assembléia Geral: os prós, contras e sugestões. Os Prefeitos concordaram com a sugestão feita pelos assessores regionais. A Secretária Executiva do Consórcio deverá encaminhar ofício ao GT Mobilidade que sejam iniciados os estudos a este respeito. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício, Prefeito Mário Reali, deu por cumprida a pauta e encerrou a reunião, às 12h15, cuja ATA, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Eliana Bernardo da Silva, Secretária Executiva do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.-.-.-.-.-

Região do ABC Paulista, em 05 de julho de 2010.

Prefeitos signatários, presentes na 6ª. Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

MÁRIO WILSON PEDREIRA REALI
Presidente em Exercício do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Prefeito do Município de Diadema

AIDAN ANTÔNIO RAVIN
Prefeito do Município de Santo André

OSWALDO DIAS
Prefeito do Município de Mauá

LUIZ MARINHO
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

EDNALDO DE MENEZES
Prefeito em Exercício do Município de Ribeirão Pires

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 6ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

ELIANA BERNARDO DA SILVA
Secretária Executiva da Presidência